

Tribuna da Bahia – 06/06/2011

Encargos oneram contas de energia

<http://www.tribunadabahia.com.br/news.php?idAtual=84006>

Adriano Villela

Quem sabe o que é a TFSEE ou a CFURDH, RGR ou o UBP? São siglas estranhas ao cidadão comum, mas todos os brasileiros pagam por elas todos os meses, de forma direta ou indireta. São encargos embutidos nas contas de energia. Encargos são arrecadações destinadas aos mais diversos fins, como custeio da iluminação pública.

Somando com os tributos, estas cobranças inseridas nas contas de energia correspondem a 45% dos valores cobrados aos clientes das concessionárias de energia. De uma receita do setor energético estimada em R\$ 120 bilhões em 2010, encargos e tributos abocanharam R\$ 54 bilhões, dos quais 12 bilhões em encargos.

Os dados são do **Instituto Acende Brasil**, que lançou o estudo Tributos e Encargos nas Contas de Luz: pela Transferência e Eficiência. Para se ter uma ideia, a carga tributária brasileira, de 35%, é considerada alta para um país emergente e ainda assim é menor em 10 pontos percentuais do que é cobrado nas contas de luz.

"A energia é um insumo básico da economia do mundo moderno. Se usa energia em tudo. Quando se coloca este encargo ou tributo na conta de energia, isso encarece todas as cadeias produtivas. Isso afeta a vida do brasileiro aqui dentro e a competitividade da nossa indústria lá fora, representando menos trabalho e menos crescimento para o país", critica o presidente do instituto e autor do estudo, **Claudio Sales**.

O dirigente do órgão de pesquisa cobra mais transparência na aplicação dos recursos arrecadados, que se destina a órgãos do setor (ONS e Aneel), investimentos na geração, transmissão e distribuição, mas também aos executivos federal, estadual e municipal, que têm liberdade para aplicar o recurso onde achar mais adequado. **Sales** toma como exemplo da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), que funciona como indenização para estados e municípios atingidos por barragem. "Esse encargo arrecada R\$ 1,8 bilhão por ano. É muito dinheiro".

A prefeitura recebe 40,6% deste total, podendo aplicar onde quiser, menos pagar funcionário e dívida. Até ai tudo bem. Quem melhor sabe o que é melhor para a cidade é o prefeito, que foi eleito para isso. Mas é preciso transparência. A prefeitura precisa dizer 'decidi realizar isso com o dinheiro' e no final do ano o prefeito anunciar o que fez, reclama.